INOVAÇÃO POLÍTICA E JURÍDICA

INTIMATE recomendações

Transformações significativas a nível relacional requerem alterações legislativas urgentes de forma a incluir relações entre pessoas do mesmo sexo e relações não-monogâmicas consensuais.

- + Desenvolvimento de um Estado Social inclusivo face ao espetro relacional: descentralizar o casal enquanto locus principal da legislação sobre família.
- + Queerizar o parentesco: reformulação política, jurídica e conceptual de família e parentesco.
- + Formação adequada: prevenir e lutar contra a homofobia, transfobia, bifobia e mononormatividade nos diferentes setores da sociedade (escolas, hospitais, prisões, etc.).
- + Informação e cuidados de saúde orientados no/a paciente: incluir formação que aborde questões sobre orientação sexual, identidade de género e diversidade relacional, especialmente nos campos da Clínica Geral, Ginecologia e Psiquiatria.
- + **Promoção da saúde sexual:** informação a pacientes que procurem esclarecimento sobre práticas de sexo seguro entre mulheres ou sexo seguro entre múltiplas/os parceiras/os.
- + Fortalecimento do Estado-providência: a precariedade económica condiciona a possibilidade de uma vida íntima autónoma e auto-determinada.
- + Promoção de uma sociologia queer pública e do trabalho académico-ativista.
- + Encorajar a visibilidade de pessoas trans, intersexo, e/ou LGBTQ mais velhas em relações lésbicas e/ou não-monogâmicas, com particular ênfase nos media e na cultura popular.
- + Garantir que as escolas são espaços seguros para estudantes e trabalhadoras/es com identidades de género ou sexualidades diversas.
- + Promover conteúdos pedagógicos sobre diversidade familiar (sexualidade, género e diversidade relacional, etc.) no currículo desde a primeira infância.
- + Incentivar grupos de trabalho e redes interdisciplinares, envolvendo parlamentares, jornalistas, profissionais de saúde, ONGs, estudantes, docentes e investigadoras/es.
- + Pensar de modo interseccional: as identidades não são cristalizadas nem excludentes; podem mudar ao longo da vida e sobrepor-se; pertenças múltiplas requerem leis e políticas sociais inclusivas em todos os setores da experiência humana.
- + Incentivos à criação de espaços comunitários: os espaços da comunidade LGBTQ devem aumentar e ser mais seguros; identificar medidas específicas na promoção da liderança por parte de mulheres lésbicas ou bissexuais, e pessoas trans ou intersexo.
- + Sensibilizar e agir: o respeito pela cidadania íntima, independentemente da orientação sexual ou do estado relacional, não é um privilégio; é um elemento constitutivo de qualquer regime democrático.
- + Repensar a cidadania: decisores/as políticos/as e investigadoras/es devem repensar a cidadania enquanto objeto de legislação, políticas sociais e intervenção cultural.



















cidadania, cuidado e escolha A Micropolítica da Intimidade na Europa do Sul

INTIMATE é um projeto de investigação com a duração de 5 anos que trata de cidadania íntima LGBTQ (lésbica, gay, bissexual, trans, queer) na Europa do Sul. É constituído por um conjunto de consultores internacionais e uma equipa interdisciplinar de investigadores/as sob coordenação de Ana Cristina Santos.

PORTUGAL . ESPANHA . ITÁLIA

TÓPICOS E ESTUDOS

CONJUGALIDADE 2015 > 2016

CONJUGALIDADE LÉSBICA ESTUDO 1

POLIAMOR ESTUDO 2

PARENTALIDADE 2016 > 2017

PROCRIAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA ESTUDO 3

GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO ESTUDO 4

ATRIBUIÇÃO DE NOME A UMA CRIANÇA ESTUDO 5

AMIZADE 2017 > 2018

TRANSGÉNERO E REDES DE CUIDADO ESTUDO 6

COABITAR COM PESSOAS AMIGAS ESTUDO 7

INTIMATE EQUIPA

Ana Cristina Santos
Ana Lúcia Santos
Beatrice Gusmano
Luciana Moreira
Pablo Pérez Navarro
Tatiana Motterle
Mafalda Esteves
GESTORA DE PRO

ces.uc.pt/intimate intimate@ces.uc.pt facebook.com/ces.intimate

RESULTADOS PRINCIPAIS

Conjugalidade Lésbica ESTUDO 1

Os dados recolhidos em contexto de mulheres em relações lésbicas desafiam a tese da individualização. As redes de amizade e de apoio assumem particular importância num espetro de diversidade relacional.

- Preconceito e discriminação sobrevivem às mudanças jurídicas e políticas sociais;
- Importância de uma variedade de relações em detrimento de um crescente individualismo e isolamento;
- A orientação sexual é uma categoria dinâmica, em construção, ancorada na experiência;
- Múltiplas categorias de identidade pessoal e pertença política:
 (e.g. LGBTQ, feminismo, anti-austeridade, direitos de animais, veganismo);
- Crescente diversidade de modelos relacionais: casais que moram juntos e com amigas/os, casais que não coabitam;
- Narrativas de resiliência perante contextos familiares violentos, assédio na rua ou homofobia diária;
- Discriminação ou situações inadequadas em contexto de cuidados médicos causados pelo desconhecimento dos profissionais de saúde: (e.g. experiências íntimas e sociais não-heterossexuais);
- Centralidade das redes de amizade (particularmente importante em contextos de precariedade) no apoio material e prestação de cuidados, em complemento ou substituição da família de origem;
- O estado civil interfere na tomada de decisão de "saída do armário" à família de origem; a existência do que é socialmente percebido como estável, vitalício, baseado numa relação de casal parece facilitar a decisão de "saída do armário";
- A monogamia pode ser uma escolha depois de se experienciar a não-monogamia, e vice-versa (fluidez entre modelos relacionais);
- A tecnologia (e.g., redes sociais, apps) tem um papel importante, especialmente entre pessoas LGBTQ jovens e/ou em contextos nos quais espaços "friendly" para lésbicas são inexistentes.

Eu fiz o requerimento [para adotar uma criança], há seis anos, mas ainda estou à espera. [...] A justificação que me deram foi a de que se houver um casal [heterossexual] e eu, nas mesmas circunstâncias, vão preferir o casal.

'ALEX' 40-45 ANOS | LÉSBICA | LISBOA PORTUGAL

Escrevi uma carta para os meus pais, sobre como me sentia e sobre a forma como eles reagiram [à orientação sexual]. [...] Em vez de me apoiarem e tentarem compreender, abandonaram-me.

Senti-me abandonada durante um longo período da minha vida.

'ELISA' 30-34 ANOS | PANSEXUAL | MADRID ESPANHA

As pessoas que nos governam deviam dar um passo em frente em relação a estes assuntos [...] por todas as pessoas que se escondem, que não podem mostrar quem são. [...] Tenho muitas pessoas conhecidas, amigos heterossexuais, que vão às marchas, muitas pessoas com crianças que apoiam, e elas ajudam as suas crianças a abrir as suas mentes. Essa é a minha vitória.

'VITTORIA' 30-34 ANOS | LÉSBICA | ROMA ITÁLIA

RESULTADOS PRINCIPAIS

Poliamor ESTUDO 2

As biografias íntimas poliamorosas proporcionam novos entendimentos acerca das relações. Tendo em conta que é cada vez menos comum ter apenas um/a companheiro/a ao longo da vida, estas narrativas devem ser tomadas em consideração por decisores/as políticos/as.

- Quando a lei e as políticas sociais são percebidas como demasiado rígidas e adversas à mudança, as pessoas poliamorosas tendem a centrar a sua atenção na possibilidade de transformações socioculturais;
- Preocupações de foro jurídico incluem pensões, herança e prestação de cuidados a diferentes companheiros/as, dispensas laborais e reconhecimento de formas de filiação não monogâmicas;
- Parentesco fluído, definido como fronteiras diluídas entre pessoas amigas, companheiras, ex-companheiras, familiares (o parentesco pode incluir o companheiro do meu companheiro, por exemplo);
- Centralidade de discursos sobre autenticidade, auto-desenvolvimento, crescimento pessoal, responsabilidade, consenso e reciprocidade;
- Bem-estar pessoal e relacional como elemento constitutivo de uma ética do cuidado;
- Centralidade de discursos sobre autenticidade, auto-desenvolvimento, crescimento pessoal, responsabilidade, consenso e reciprocidade;
- Rejeição de constrangimentos normativos associados à conjugalidade dominante. Resistências às hierarquias relacionais, exclusividade sexual e práticas dominantes de amor romântico:
- Rejeição de modelos hegemónicos de masculinidade e binarismo de género;
- ¬ Fluidez conceptual no uso de categorias como poliamor e não-monogamias (consensuais);
- Acolhimento positivo de pessoas bissexuais face à invisibilidade da bissexualidade no ativismo e no discurso dominante;
- Diálogo entre academia e movimentos sociais, especialmente em relação à literatura dominante e referências culturais (Ethical Slut; Opening Up);
- Importância de espaços seguros no ativismo, nos espaços virtuais e na academia globalizada enquanto fontes de informação, apoio e construção de redes;
- Importância do apoio prestado por pares durante o processo de coming out (assumir-se como poli foi reportado como sendo mais difícil do que assumir-se como LGBTQ);
- Importância de comunidades sexuais não-normativas (BDSM, kink, etc.).

Nós não temos qualquer tipo de representação, não somos visíveis e não temos direitos nenhuns. [...] Se uma das nossas crianças acaba no hospital, quem consegue estar lá, quem tem o direito de estar lá? E mesmo em situações de separação ou morte, não é? É difícil entender em que consistem os nossos direitos.

"SUSANA" 25-29 ANOS | BISSEXUAL | LISBOA PORTUGAL

Nós precisamos de mais debate e sensibilização sobre isto não ser uma fase enquanto és estudante ou quando acabaste de te divorciar. Pode até ser para algumas pessoas, é o seu direito e está bem, mas não pode ficar por aí. Esta realidade tem de ser integrada no sistema jurídico, assuntos relacionados com cuidado, parentalidade, direitos económicos e outros.

APHRA BEHN ESPECIALISTA E ATIVISTA EM POLIAMOR | MADRID ESPANHA

Acusam-nos sempre de [...] não querermos construir, crescer, assumir responsabilidades. O poliamor deu-me um duplo sentido de responsabilidade, triplo até, lidamos com muitos sentimentos, cometemos erros e sentes-te um elefante numa loja de cristal. Mas, ao partir tudo, então podes concertar, fazer bem, reconstruir, e o que tinha ficado partido torna-se mais robusto.

'NADIA' 30-34 ANOS | BISSEXUAL | ROMA ITÁLIA

AMOSTRA INTIMATE

27 Entrevistas a especialistas em Portugal, Espanha e Itália

- A maioria das pessoas especialistas entrevistadas provém de um contexto de ativismo (20/27) e/ou têm filiação institucional na academia enquanto investigadoras/es ou professoras/es (9/27);
- Outras áreas de especialização foram incluídas: saúde (4/27), direito (3/27) e política (1/27).

29 Entrevistas Narrativas Biográficas a pessoas autoidentificadas como LGBTQ

- ¬ A maior parte da amostra tinha menos de 30 anos (16/29), era lésbica ou bissexual (9/29 e 8/29 respetivamente), cisgénero (22/29), sem filhas/os (25/29), em coabitação conjugal (16/29), sem religião/espiritualidade (20/29) e com um salário médio inferior a 1000 €/mês (17/29).
- Categorias como género fluído, pansexual ou queer foram também usadas na autoidentificação.
- Muitas/os entrevistadas/os não eram originalmente de Lisboa, Madrid ou Roma, mas residiam ali no momento da entrevista.

INOVAÇÃO CONCEPTUAL INTIMATE PROPÕE OS CONCEITOS

- + CIDADANIA RELACIONAL
 (consensual, não-monogâmica) para
 englobar as disjunções e possibilidades
 de reenquadramento da forma como
 percebemos, representamos e gerimos
 as nossas vidas íntimas frente ao Estado
 (direito e políticas sociais).
- + PERFORMATIVIDADE RELACIONAL
 para descrever as práticas através das quais as
 relações íntimas são socialmente apresentadas;
 relações íntimas dependem de *scripts* ensaiados
 que orientam a interação e tornam-se
 constitutivos do encontro relacional.
- + PARENTESCO FLUÍDO para designar a diluição de fronteiras entre amigas/os, companheiras/os, ex-companheiras/os, família de origem e família adquirida ou de escolha.

Para mais informações, por favor consulte as nossas publicações e materiais disponíveis em www.ces.uc.pt/intimate